

PREGÃO ELETRÔNICO

90013/2025

CONTRATANTE (UASG)

180330 – Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior - Deinter
8 – Presidente Prudente

OBJETO

Contratação de bens de consumo – mobiliário em geral

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 384.961,20

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 14/11/2025 às 10h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por grupo e item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES7
7. DA FASE DE JULGAMENTO10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO11
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS13
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA13
11. DOS RECURSOS13
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES14
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO17
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS18

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2025

(Processo Administrativo nº 05800061050/2025-28)

Torna-se público que o(a) Secretaria de Segurança Pública, por meio da Polícia Civil, através do Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior – Deinter 8, por meio do Sr Walmir Geralde, Delegado de Polícia Diretor, sediado(a) Rua Dario Machado de Campos, nº 285, Bairro Vilar Formosa, na cidade de Presidente Prudente – São Paulo, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de materiais de consumo – mobiliário em geral, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.4.1. Considerando o valor estimado do item/grupo objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Catálogo do Produto com Especificação Técnica e Imagens Ilustrativas;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior conforme o critério de julgamento definido deste Edital ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento)
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento*.

6.21. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.21.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.22. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.1.2. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do SicaF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico financas.deinter8@policiacivil.sp.gov.br

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Multa Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 0,5% a 30% do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 10% a 30% do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato;

- (6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato;
- (7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato;
- (8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.17. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte meio eletrônico: **financas.deinter8@policiacivil.sp.gov.br**

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet, Portal Nacional de Compras Públicas sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo

previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.doe.sp.gov.br.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;

14.15.3. ANEXO III - Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.15.4. ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões);

14.15.5. ANEXO V – Planilha orçamentária;

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****TERMO DE REFERÊNCIA****SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

(Processo Administrativo nº 05800061050/2025-28)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de objetos de consumo – mobiliário com montagem e instalação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

GRUPO	ITEM	BEC	CADMAT	UNIDADE	RESUMO DO ITEM	QUANT	Valor Unitário	Valor Total
1	1	5924030	623645	Unidade	Longarina metálica com 3 lugares, pintura eletrostática na cor preta, apoio de braços anatômico cromado, pés formato de Y cromados com sapatas niveladoras, assento e encosto concha única estruturado em chapa de aço perfurada acabamento em pintura epóxi cor prata brilhante, frisos laterais cromados, estofamento em courino PVC preto.	6	556,5000	R\$ 3.339,0000
	2	5924030	630803	Unidade	Longarina metálica com 4 lugares, pintura eletrostática na cor preta, apoio de braços anatômico cromado, pés formato de Y cromados com sapatas niveladoras, assento e encosto concha única estruturado em chapa de aço perfurada acabamento em pintura epóxi cor prata brilhante, frisos laterais cromados, estofamento em courino PVC preto.	6	640,0000	R\$ 3.840,0000

2	3	642692 1	460542	Unidad e	Cadeira Presidente Tela Mesh, Concha Dupla, Apoio de Cabeça com Regulagem de Altura e Rotação, Encosto em tela de nylon com poliester e tensor de lombar com regulagem, Braço com Regulagem de altura e apoio, pistão a gás, assento em tecido poliester com espuma de densidade controlada soft injetada de poliuretano expandido, regulagem horizontal e carenagem, pés aranha, na cor Preta, Fabricadas de acordo com as normas NR17 e demais vigentes, Garantia mínima de 12 meses.	50	800,0000	R\$ 40.000,0000
3	4	586744 4	458808	Unidad e	Cadeira Fixa, Material de Polipropileno e Fibra de Vidro, na Cor Preta, empilhável, com encosto,	20	187,0000	R\$ 3.740,0000
4	5	632899 7	399288	Unidad e	Cadeira Universitária com Prancheta - Cadeira Com Prancheta, Material Estrutura: Tubo Aço Acabamento Estrutura: Pintura Em Epóxi Pó Material Assento E Encosto: Espuma Poliuretano Injetado Revestimento Assento E Encosto: Tecido, Tipo Espaldar: Médio, Características Adicionais: Prancheta Escamoteável Mdf, Pés Palito Porta Livro	80	490,0000	R\$ 39.200,0000

5	6	612702 9	373610	Unidad e	Sofa/Poltrona - 1 Lugar – Estrutura com Madeira de Reflorestamento, Assento fixo e encosto fixo com espuma densidade D33, Revestimento em Couro/Courino, na cor Preta – pés e estrutura de alumínio ou aço inox	10	1590,0000	R\$ 15.900,0000
	7	612702 9	604301	Unidad e	Sofa - 2 Lugares – Estrutura com Madeira de Reflorestamento, Assento fixo e encosto fixo com espuma densidade D33, Revestimento em Couro/Courino, na cor Preta – pés e estrutura de alumínio ou aço inox	4	1490,0000	R\$ 5.960,0000
	8	477232 6	484400	Unidad e	Sofa - 3 Lugares – Estrutura com Madeira de Reflorestamento, Assento fixo e encosto fixo com espuma densidade D33, Revestimento em Couro/Courino, na cor Preta – pés e estrutura de alumínio ou aço inox	4	1198,9900	R\$ 4.795,9600
6	9	441071 8	483429	Unidad e	Armário de Aço, Pintura Epoxi na Cor Preta com 16 Portas/Vãos,Venezianas para Ventilação, Base Reforçada, Fechamento tipo cadeado	3	1226,0000	R\$ 3.678,0000
	10	573476 2	482650	Unidad e	Arquivo Vertical Pasta Suspensa – Arquivo de Aço Dispõe de sistema de fechadura de miolo. Contendo 04 Gavetas; para Pastas Suspensa; Com Travamento Simultaneo Das Gavetas; Puxadores de Aço, Acabamento Em Pintura Eletrostatica Com Tinta Po na Cor Preta	6	606,5000	R\$ 3.639,0000

	11	6420290	309600	Unidade	Estante de Aço para Arquivo/Estoque, Tipo Aberta, Reforçada, com 6 Bandejas, pintura eletrostática de alta qualidade e durabilidade, Altura 2m, Capacidade de 100Kg por Bandeja	30	497,5000	R\$ 14.925,0000
7	12	6426751	358956	Unidade	Banqueta Multiuso, Assento em Madeira com Estofamento de Espuma e Revestido em Couro Ecológico ou Courino na cor Preta, Estrutura em Aço Tubular com Pintura na Cor Epoxi Preta, Altura até 70cm	4	148,0000	R\$ 592,0000
	13	5681944	485356	Unidade	Banqueta Multiuso, Assento em Madeira com Estofamento de Espuma e Revestido em Couro Ecológico ou Courino na cor Preta, Estrutura em Aço Tubular com Pintura na Cor Epoxi Preta, Altura até 50cm	20	120,0000	R\$ 2.400,0000
8	14	3962580	428058	Unidade	Base para Capela de Exaustão – Laboratório CE146913 – Tubo de Aço 50 x 50 mm com pintura a pó branca. Tampo em MDP 15mm Branco, 4 Rodízio de 3 polegadas giratório com trava – Medidas: 160 x 80 x 75 (a)	1	1453,0000	R\$ 1.453,0000

9	15	647945 6	613192	Unidad e	Mesa Reta/Simples de trabalho Acoplada a Gaveteiro, Tampo da Mesa de MDP ou MDF, Revestido em Laminado Melaminico na Cor Preta com mínimo 25mm de espessura, Acabamento de Borda com Fita PVC na cor do Tampo, Estrutura de MDP ou MDF na cor Preta, Sapatas Niveladoras, Medidas Aproximadas: 1,40 x 0,70 x 0,75M	20	729,0000	R\$ 14.580,0000
	16	607762 5	376750	Unidad e	Mesa do tipo em "L", Tampo de Mesa de MDF ou MDP, Revestido em Laminado Melamínico na Cor Preta com mínimo 25mm de espessura, Acabamento de Borda com Fita PVC na cor do Tampo, Estrutura de MDP ou MDF na cor Preta, Sapatas Niveladoras, Medidas Aproximadas: 1,60 x 0,70 / 1,60 x 0,60 x 0,75	20	870,0000	R\$ 17.400,0000
	17	607762 5	625231	Unidad e	Mesa Gerencial - com armário Medidas Aproximada : 1,60 x 0,70 / 1,60 x 0,50 x 0,74 Mesa com tampo com mínimo de 25mm de espessura, Revestido em Laminado Melamínico na cor Preta, MDF ou MDP. Com armário lateral composto por 01 nicho com 01 prateleira, tampo com acesso ao cabeamento. Contempla ainda 01 gaveteiro com 03 gavetas e 01 armário com 01 porta e 01 prateleira interna e Fechadura com Chaves, Sapata com Regulagem de Altura	20	1115,0000	R\$ 22.300,0000

	18	607762 5	613279	Unidad e	Mesa em "U"- Formato em U, Mesa com tampo com mínimo de 25mm de espessura, Revestido em Laminado Melamínico, MDF ou MDP na Cor Preta* Com Armários com 2 Portas e 4 Gavetas com Fechadura Chaves e Prateleiras, Sapatas com Regulagem de Altura, Medidas Aproximadas: 2,50 x 0,80 x 0,75	1	1431,8000	R\$ 1.431,8000
10	19	437931 4	460900	Unidad e	Mesa para reunião- tampo com mínimo de 25mm de espessura, Revestida Em Laminado Melaminico MDP ou MDF na cor Preta, com acesso ao cabeamento por meio de 02 caixas de tomadas, e estrutura metálica em aço pintado, fixa. Formato Retangular Medidas Aproximadas: 2,50 x 1,10 x 0,74	1	1590,0000	R\$ 1.590,0000
	20	641789 2	608338	Unidad e	Mesa para reunião - tampo com mínimo de 25mm de espessura, Revestida Em Laminado Melaminico MDP ou MDF na cor Preta, com acesso ao cabeamento por meio de 02 caixas de tomadas, e estrutura metálica em aço pintado, fixa. Formato Retangular Medidas Aproximadas: 3,50 x 1,10 x 0,74	1	1610,0000	R\$ 1.610,0000
11	21	621698 6	628739	Unidad e	Mesa Lateral; Tampo Confeccionado Em MdP ou MDP de no mínimo 25 Mm de Espessura; Na Cor Natural Da Madeira ou Preta, Acabamento Em Verniz Fosco; Formato Redondo; Medidas Aproximadas: Altura de 660 Mm;	6	295,0000	R\$ 1.770,0000

12	22	429775 0	317450	Unidad e	Mesa de Refeitório com Cadeira Acoplada, em Madeira MDF, Revestidos em Laminado Melamínico, Formato Retangular, Espessura com mínimo de 18mm, Pintura Epoxi com Estrutura na Cor Preta, Banco sem Encosto, Retrátil, 6 Lugares Medidas Aproximadas: 1,80 x 0,80 x 0,75	6	1319,5000	R\$ 7.917,0000
13	23	616125 1	625410	Unidad e	Gaveteiro volante (com rodízios) 03 gavetas, Espessura mínima de 25mm para o Tampo. Revestido em Laminado Melamínico MDP ou MDF, Pintura Epoxi na Cor Preta, Fechadura com Chave Medidas aproximadas: 0,40 x 0,45 x 0,68	40	539,0000	R\$ 21.560,0000
	24	590762 4	256581	Unidad e	Armário baixo, Espessura mínima de 25mm para o Tampo. Revestido em Laminado Melamínico MDP ou MDF, Pintura Epoxi na Cor Preta, Com Fechadura e Chave, Sapatas Niveladoras Com 02 portas e 01 prateleira interna. Medidas Aproximadas: 0,80 x 0,50 x 0,74	20	707,5000	R\$ 14.150,0000
	25	647947 2	480995	Unidad e	Armário super alto, Espessura mínima de 25mm para o Tampo. Revestido em Laminado Melamínico MDP ou MDF, Pintura Epoxi na Cor Preta, Com Fechadura e Chave, Sapatas Niveladoras, Com 02 portas e 05 prateleiras internas. Medidas Aproximadas: 0,80 x 0,50 x 2,10	20	1230,8350	R\$ 24.616,7000

14	26	635317 7	293118	Unidad e	Poltrona de Auditório, Modular Individual, com fixação no piso (chumbado) assento e encosto rebátiveis em espuma e revestimento, braços fixos em PU e prancheta escamoteável na Cor Preta	30	1050,0000	R\$ 31.500,0000
15	27	608593 8	610437	Unidad e	Bebedouro de Água Industrial – Coluna – 2 Saídas – Água Gelada e Água Natural, 110V, Gabinete de Aço Inox de Coluna – 50 Litros, Garantia Mínima de 12 meses	4	1427,4000	R\$ 5.709,6000
	28	644558 6	355418	Unidad e	Bebedouro de Água Industrial – Bancada – 2 Saídas – Água Gelada e Água Natural, 110V, Gabinete de Aço Inox de Coluna – 25 Litros, Garantia Mínima de 12 meses	4	1650,0000	R\$ 6.600,0000
16	29	188821 8	629042	Unidad e	Forno Elétrico de Bancada – com Vidro Temperado, Aço Inox. Garantia Mínima de 12 meses, capacidade para 60 Litros, Termostato para Controle de Temperatura e Temporizador, Garantia Mínima de 12 meses	2	613,0000	R\$ 1.226,0000
17	30	552436 9	446165	Unidad e	Forno Microondas Elétrico , 110V, Cor Branca, Garantia Mínima de 12 meses, Capacidade Mínima para 30 Litros	5	591,9700	R\$ 2.959,8500

18	31	541070 3	483348	Unidad e	Geladeira Refrigerador Frost Free, 110 V, Controle de Temperatura, Garantia Mínima de 12 meses	2	1500,0000	R\$ 3.000,0000
19	32	629552 5	327808	Unidad e	Frigobar, 110V, Garantia Mínima de 12 meses, Capacidade Mínima para 120 Litros	5	1198,7300	R\$ 5.993,6500
20	33	616139 1	622776	Unidad e	Fogão Cooktop, 4 Bocas, Por Indução, Bivolt na cor Preta, Garantia Mínima de 12 meses	2	732,7100	R\$ 1.465,4200
21	34	600203 0	217448	Unidad e	Projetor de Multimidia, com no mínimo 4000 Lumens, Resolução 1280 x 800, Projeção de 39,37' a 303,15', Conexões de Entrada e Saida Hdmi,VGA, USB e Audio In, Micro USB, 110V, Modo de projeção de 360º e Retrato com Controle Remoto, Garantia Mínima de 12 Meses	5	1180,0000	R\$ 5.900,0000
22	35	551524 6	439362	Unidad e	Televisão em Cores, Smart Tv. 43" Polegadas, 4K e Full HD, com Comando de Voz e Wifi Integrado, Bluetooth, Inteligência Artificial, Entrada HDMI, Ethernet Lan, USB, Saida Digital Otica, Antena, Ntsc, Controle Remoto, Bivolt, Garantia Mínima de 12 Meses	12	1379,5000	R\$ 16.554,0000

23	36	579262 2	611844	Unidad e	Tela de Projeção Retrátil Elétrica, 110 V, Acionamento Elétrico, Tecido Matte White, Branco com Verso Preto, com Controle Remoto, Moldura Resistente com Cantoneira para Fixação no Teto ou Parede, Bordas na Cor Preta com Garantia Mínima de 12 meses	5	693,6300	R\$ 3.468,1500
24	37	501789 0	482646	Unidad e	Quadro Branco Magnético de aço, Acompanha Suporte para Apagador, Moldura de Alumínio, Fixação Invisível, Aproximadamente 120cm	10	462,8000	R\$ 4.628,0000
25	38	517419 8	601723	Unidad e	Fragmentadora Fragmentadora; Modelo para Escritorio; Em Polimeros e Metal; Base Com Rodizios para Locomocao; Abertura Insercao de Folhas Medindo No Minimo de 245mm; Sem Abertura Indenpendente para Cds/dvds/disquetes/cartoe s Magneticos; Com Capacidade para Fragmentar Ate 30 Folhas A4 (75g/m2); Corte Nivel de Seguranca P2, de Acordo Com Norma Din-66399/12, Corte Cd/dvd Nivel O2, de Acordo Com Norma Din-66399/12, Acionamento Por Botao Liga/desliga/reverso, Com Sensor Automatico de Presenca do Papel; Com Parada para Resfriamento maxima de 15 Minutos; As Navalhas de Corte e Cilindros Todos Em Metal; Os Pentes-raspadores Metalicos; Todas As Engrenagens Metalicas; Lixeira Com Capacidade Minima de 31 Litros; Contendo Sensor de Cesto;	5	1502,0700	R\$ 7.510,3500

					Plug Trifasico, Todos de Acordo Com Nbr-14136/2012 Vigente; Voltagem 127 V; Potencia Minima de 444 W; Com Prazo Minimo de Garantia de 12 Meses,			
26	39	591691 7 649192 8	619600	Unidad e	Tapete Confeccionado em Polipropileno e Algodão, Sintético, Medindo no Mínimo 2,50m x 2,00m, na Cor Cinza Chumbo / Sisal, Antiderrapante	4	1479,5000	R\$ 5.918,0000
27	40	638325 4	614016	Unidad e	Claviculário de Parede, Aço, com capacidade para 100 Chaves, na cor Preta	1	365,8000	R\$ 365,8000

28	41	590855 8	612493	Unidad e	Púlpito Acrílico, Vertical, Com Acabamento Polido e Transparente, 1 Prateleira Interna, contendo Rodízios e Trava, Altura Total de 120cm	1	1320,0000	R\$ 1.320,0000
29	42	540693 5	478190	Unidad e	Cofre de Aço, Médio, Fechadura Eletrônica, Esmalte Sintético com Display Digital, 3 Pinos Internos, Revestimento Interno de Carpete	4	1100,0000	R\$ 4.400,0000
	43	549918 6	449886	Unidad e	Cofre de Aço, Médio, Fechadura Eletrônica, Código Personalizado, Revestimento Interno de Carpete, Suporte para Arma Longas	4	1012,4800	R\$ 4.049,9200

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, contados da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Garantia da contratação

4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s): Rua Dario Machado de Campos, nº 285, Bairro Vila Formosa na cidade de Presidente Prudente – SP.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, ou corresponderá ao prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.9.1. O Contratado deverá realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is): Rua Dario Machado de Campos, nº 285, Bairro Vila Formosa na cidade de Presidente Prudente – SP.

5.9.2. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância do local demandado, hipótese em que o prazo para reparação ou substituição a que se refere a subdivisão anterior será contado a partir da data de entrega do equipamento na unidade de prestação de serviços do Contratado.

5.10. O prazo indicado na subdivisão anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese da subdivisão acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de **30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal** ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no **Banco do Brasil S/A**.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais–CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com **entrega imediata**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#); documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

8.11. **Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.23. Para fins de habilitação nesta licitação, não haverá exigência de habilitação técnica

Outras comprovações

8.24. Tratando-se de consórcio:

8.24.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.24.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.24.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.24.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.25. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#):

8.25.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.25.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.25.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.25.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.25.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.25.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 384.961,20 (trezentos e oitenta e quatro mil novecentos e sessenta e um reais e vinte centavos) em Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no [Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023](#).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 00001;
- II) Fonte de Recursos: 15001001;
- III) Programa de Trabalho:
- IV) Elemento de Despesa: 339030:

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Presidente Prudente, na data da assinatura.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
DEINTER 8 - PRESIDENTE PRUDENTE - SEDE

WALMIR GERALDE
Delegado de Polícia Diretor

Rua Dário Machado de Campos, nº 285, Vila Formosa, Presidente Prudente - SP
wgeralde@sp.gov.br
(18) 3311-8700

ESP-DEPTO. POL.JUDICIARIA SP.INTER-DEINTER 8

Termo de Referência 41/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
41/2025	180339-ESP-DEPTO. POL.JUDICIARIA SP.INTER-DEINTER 8	CARLA CRISTINA DIAS SILVA	31/10/2025 19:50 (v 0.5)
Status			
PUBLICADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		05800061050/2025-28.

1. Definição do objeto

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

(Processo Administrativo nº 05800061050/2025-28)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de objetos de consumo – mobiliário com montagem e instalação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

GRUPO	ITEM	BEC	CADMAT	UNIDADE	RESUMO DO ITEM	QUANT	Valor Unitário	Valor Total
1	1	5924030	623645	Unidade	Longarina metálica com 3 lugares, pintura eletrostática na cor preta, apoio de braços anatômico cromado, pés formato de Y cromados com sapatas niveladoras, assento e encosto concha única estruturado em chapa de aço perfurada acabamento em pintura epóxi cor prata brilhante, frisos laterais cromados, estofamento em couroino PVC preto.	6	556,5000	R\$ 3.339,0000
	2	5924030	630803	Unidade	Longarina metálica com 4 lugares, pintura eletrostática na cor preta, apoio de braços anatômico cromado, pés formato de Y cromados com sapatas niveladoras, assento e encosto concha única estruturado em chapa de aço perfurada acabamento em pintura epóxi cor prata brilhante, frisos laterais cromados, estofamento em couroino PVC preto.	6	640,0000	R\$ 3.840,0000

2	3	6426921	460542	Unidade	Cadeira Presidente Tela Mesh, Concha Dupla, Apoio de Cabeça com Regulagem de Altura e Rotação, Encosto em tela de nylon com poliéster e tensor de lombar com regulagem, Braço com Regulagem de altura e apoio, pistão a gás, assento em tecido poliéster com espuma de densidade controlada soft injetada de poliuretano expandido, regulagem horizontal e carenagem, pés aranha, na cor Preta, Fabricadas de acordo com as normas NR17 e demais vigentes, Garantia mínima de 12 meses.	50	800,0000	R\$ 40.000,0000
3	4	5867444	458808	Unidade	Cadeira Fixa, Material de Polipropileno e Fibra de Vidro, na Cor Preta, empilhável, com encosto,	20	187,0000	R\$ 3.740,0000
4	5	6328997	399288	Unidade	Cadeira Universitária com Prancheta - Cadeira Com Prancheta, Material Estrutura: Tubo Aço Acabamento Estrutura: Pintura Em Epóxi Pó Material Assento E Encosto: Espuma Poliuretano Injetado Revestimento Assento E Encosto: Tecido, Tipo Espaldar: Médio, Características Adicionais: Prancheta Escamoteável Mdf, Pés Palito Porta Livro	80	490,0000	R\$ 39.200,0000
5	6	6127029	373610	Unidade	Sofa/Poltrona - 1 Lugar – Estrutura com Madeira de Reflorestamento, Assento fixo e encosto fixo com espuma densidade D33, Revestimento em Couro/Courino, na cor Preta – pés e estrutura de alumínio ou aço inox	10	1590,0000	R\$ 15.900,0000
	7	6127029	604301	Unidade	Sofa - 2 Lugares – Estrutura com Madeira de Reflorestamento, Assento fixo e encosto fixo com espuma densidade D33, Revestimento em Couro/Courino, na cor Preta – pés e estrutura de alumínio ou aço inox	4	1490,0000	R\$ 5.960,0000
	8	4772326	484400	Unidade	Sofa - 3 Lugares – Estrutura com Madeira de Reflorestamento, Assento fixo e encosto fixo com espuma densidade D33,	4	1198,9900	R\$ 4.795,9600

					Revestimento em Couro/Courino, na cor Preta – pés e estrutura de alumínio ou aço inox			
6	9	4410718	483429	Unidade	Armário de Aço, Pintura Epoxi na Cor Preta com 16 Portas/Vãos, Venezianas para Ventilação, Base Reforçada, Fechamento tipo cadeado	3	1226,0000	R\$ 3.678,0000
	10	5734762	482650	Unidade	Arquivo Vertical Pasta Suspensa – Arquivo de Aço Dispõe de sistema de fechadura de miolo. Contendo 04 Gavetas; para Pastas Suspensa; Com Travamento Simultâneo Das Gavetas; Puxadores de Aço, Acabamento Em Pintura Eletrostática Com Tinta Po na Cor Preta	6	606,5000	R\$ 3.639,0000
	11	6420290	309600	Unidade	Estante de Aço para Arquivo/Estoque, Tipo Aberta, Reforçada, com 6 Bandejas, pintura eletrostática de alta qualidade e durabilidade, Altura 2m, Capacidade de 100Kg por Bandeja	30	497,5000	R\$ 14.925,0000
7	12	6426751	358956	Unidade	Banqueta Multiuso, Assento em Madeira com Estofamento de Espuma e Revestido em Couro Ecológico ou Courino na cor Preta, Estrutura em Aço Tubular com Pintura na Cor Epoxi Preta, Altura até 70cm	4	148,0000	R\$ 592,0000
	13	5681944	485356	Unidade	Banqueta Multiuso, Assento em Madeira com Estofamento de Espuma e Revestido em Couro Ecológico ou Courino na cor Preta, Estrutura em Aço Tubular com Pintura na Cor Epoxi Preta, Altura até 50cm	20	120,0000	R\$ 2.400,0000
8	14	3962580	428058	Unidade	Base para Capela de Exaustão – Laboratório CE146913 – Tubo de Aço 50 x 50 mm com pintura a pó branca. Tampo em MDP 15mm Branco, 4 Rodízio de 3 polegadas giratório com trava – Medidas: 160 x 80 x 75 (a)	1	1453,0000	R\$ 1.453,0000
	15	6479456	613192	Unidade	Mesa Reta/Simples de trabalho Acoplada a Gaveteiro, Tampo da Mesa de MDP ou MDF, Revestido em Laminado Melamínico na Cor Preta com mínimo 25mm de espessura, Acabamento de Borda com Fita PVC na cor do Tampo, Estrutura de MDP ou MDF na cor Preta, Sapatas Niveladoras, Medidas Aproximadas: 1,40 x 0,70 x 0,75 M	20	729,0000	R\$ 14.580,0000
					Mesa do tipo em "L", Tampo de Mesa de MDF ou MDP, Revestido em Laminado Melamínico na Cor Preta com mínimo 25mm de espessura, Acabamento de Borda			

9	16	6077625	376750	Unidade	com Fita PVC na cor do Tampo, Estrutura de MDP ou MDF na cor Preta, Sapatas Niveladoras, Medidas Aproximadas: 1,60 x 0,70 / 1,60 x 0,60 x 0,75	20	870,0000	R\$ 17.400,0000
	17	6077625	625231	Unidade	Mesa Gerencial - com armário Medidas Aproximada : 1,60 x 0,70 / 1,60 x 0,50 x 0,74 Mesa com tampo com mínimo de 25mm de espessura, Revestido em Laminado Melamínico na cor Preta, MDF ou MDP. Com armário lateral composto por 01 nicho com 01 prateleira, tampo com acesso ao cabeamento. Contempla ainda 01 gaveteiro com 03 gavetas e 01 armário com 01 porta e 01 prateleira interna e Fechadura com Chaves, Sapata com Regulagem de Altura	20	1115,0000	R\$ 22.300,0000
	18	6077625	613279	Unidade	Mesa em "U"- Formato em U, Mesa com tampo com mínimo de 25mm de espessura, Revestido em Laminado Melamínico, MDF ou MDP na Cor Preta* Com Armários com 2 Portas e 4 Gavetas com Fechadura Chaves e Prateleiras, Sapatas com Regulagem de Altura, Medidas Aproximadas: 2,50 x 0,80 x 0,75	1	1431,8000	R\$ 1.431,8000
10	19	4379314	460900	Unidade	Mesa para reunião- tampo com mínimo de 25mm de espessura, Revestida Em Laminado Melaminico MDP ou MDF na cor Preta, com acesso ao cabeamento por meio de 02 caixas de tomadas, e estrutura metálica em aço pintado, fixa. Formato Retangular Medidas Aproximadas: 2,50 x 1,10 x 0,74	1	1590,0000	R\$ 1.590,0000
	20	6417892	608338	Unidade	Mesa para reunião - tampo com mínimo de 25mm de espessura, Revestida Em Laminado Melaminico MDP ou MDF na cor Preta, com acesso ao cabeamento por meio de 02 caixas de tomadas, e estrutura metálica em aço pintado, fixa. Formato Retangular Medidas Aproximadas: 3,50 x 1,10 x 0,74	1	1610,0000	R\$ 1.610,0000
11	21	6216986	628739	Unidade	Mesa Lateral; Tampo Confeccionado Em MdP ou MDP de no mínimo 25 Mm de Espessura; Na Cor Natural Da Madeira ou Preta, Acabamento Em Verniz Fosco; Formato Redondo; Medidas Aproximadas: Altura de 660 Mm;	6	295,0000	R\$ 1.770,0000
12	22	4297750	317450	Unidade	Mesa de Refeitório com Cadeira Acoplada, em Madeira MDF, Revestidos em Laminado Melamínico, Formato Retangular, Espessura com mínimo de 18mm, Pintura Epoxi com Estrutura na Cor	6	1319,5000	R\$ 7.917,0000

					Preta, Banco sem Encosto, Retrátil, 6 Lugares Medidas Aproximadas: 1,80 x 0,80 x 0,75			
13	23	6161251	625410	Unidade	Gaveteiro volante (com rodízios) 03 gavetas, Espessura mínima de 25mm para o Tampo. Revestido em Laminado Melamínico MDP ou MDF, Pintura Epoxi na Cor Preta, Fechadura com Chave Medidas aproximadas: 0,40 x 0,45 x 0,68	40	539,0000	R\$ 21.560,0000
	24	5907624	256581	Unidade	Armário baixo, Espessura mínima de 25mm para o Tampo. Revestido em Laminado Melamínico MDP ou MDF, Pintura Epoxi na Cor Preta, Com Fechadura e Chave, Sapatas Niveladoras Com 02 portas e 01 prateleira interna. Medidas Aproximadas: 0,80 x 0,50 x 0,74	20	707,5000	R\$ 14.150,0000
	25	6479472	480995	Unidade	Armário super alto, Espessura mínima de 25mm para o Tampo. Revestido em Laminado Melamínico MDP ou MDF, Pintura Epoxi na Cor Preta, Com Fechadura e Chave, Sapatas Niveladoras, Com 02 portas e 05 prateleiras internas. Medidas Aproximadas: 0,80 x 0,50 x 2,10	20	1230,8350	R\$ 24.616,7000
14	26	6353177	293118	Unidade	Poltrona de Auditório, Modular Individual, com fixação no piso (chumbado) assento e encosto rebáteis em espuma e revestimento, braços fixos em PU e prancheta escamoteável na Cor Preta	30	1050,0000	R\$ 31.500,0000
15	27	6085938	610437	Unidade	Bebedouro de Água Industrial – Coluna – 2 Saídas – Água Gelada e Água Natural, 110V, Gabinete de Aço Inox de Coluna – 50 Litros, Garantia Mínima de 12 meses	4	1427,4000	R\$ 5.709,6000
	28	6445586	355418	Unidade	Bebedouro de Água Industrial – Bancada – 2 Saídas – Água Gelada e Água Natural, 110V, Gabinete de Aço Inox de Coluna – 25 Litros, Garantia Mínima de 12 meses	4	1650,0000	R\$ 6.600,0000
16	29	1888218	629042	Unidade	Forno Elétrico de Bancada – com Vidro Temperado, Aço Inox. Garantia Mínima de 12 meses, capacidade para 60 Litros, Termostato para Controle de Temperatura e Temporizador, Garantia Mínima de 12 meses	2	613,0000	R\$ 1.226,0000

17	30	5524369	446165	Unidade	Forno Microondas Elétrico , 110V, Cor Branca, Garantia Mínima de 12 meses, Capacidade Mínima para 30 Litros	5	591,9700	R\$ 2.959,8500
18	31	5410703	483348	Unidade	Geladeira Refrigerador Frost Free, 110 V, Controle de Temperatura, Garantia Mínima de 12 meses	2	1500,0000	R\$ 3.000,0000
19	32	6295525	327808	Unidade	Frigobar, 110V, Garantia Mínima de 12 meses, Capacidade Mínima para 120 Litros	5	1198,7300	R\$ 5.993,6500
20	33	6161391	622776	Unidade	Fogão Cooktop, 4 Bocas, Por Indução, Bivolt na cor Preta, Garantia Mínima de 12 meses	2	732,7100	R\$ 1.465,4200
21	34	6002030	217448	Unidade	Projetor de Multimídia, com no mínimo 4000 Lumens, Resolução 1280 x 800, Projeção de 39,37' a 303,15', Conexões de Entrada e Saida Hdmi, VGA, USB e Audio In, Micro USB, 110V, Modo de projeção de 360° e Retrato com Controle Remoto, Garantia Mínima de 12 Meses	5	1180,0000	R\$ 5.900,0000
22	35	5515246	439362	Unidade	Televisão em Cores, Smart Tv. 43" Polegadas, 4K e Full HD, com Comando de Voz e Wifi Integrado, Bluetooth, Inteligência Artificial, Entrada HDMI, Ethernet Lan, USB, Saida Digital Otica, Antena, Ntsc, Controle Remoto, Bivolt, Garantia Mínima de 12 Meses	12	1379,5000	R\$ 16.554,0000
23	36	5792622	611844	Unidade	Tela de Projeção Retrátil Elétrica, 110 V, Acionamento Elétrico, Tecido Matte White, Branco com Verso Preto, com Controle Remoto, Moldura Resistente com Cantoneira para Fixação no Teto ou Parede, Bordas na Cor Preta com Garantia Mínima de 12 meses	5	693,6300	R\$ 3.468,1500
24	37	5017890	482646	Unidade	Quadro Branco Magnético de aço, Acompanha Suporte para Apagador,	10	462,8000	

					Moldura de Alumínio, Fixação Invisível, Aproximadamente 120cm			R\$ 4.628,0000
25	38	5174198	601723	Unidade	Fragmentadora Fragmentadora; Modelo para Escritorio; Em Polimeros e Metal; Base Com Rodizios para Locomocao; Abertura Insercao de Folhas Medindo No Minimo de 245mm; Sem Abertura Independente para Cds/dvds/disquetes /cartoes Magneticos; Com Capacidade para Fragmentar Ate 30 Folhas A4 (75g/m2); Corte Nivel de Seguranca P2, de Acordo Com Norma Din-66399/12, Corte Cd/dvd Nivel O2, de Acordo Com Norma Din-66399/12, Acionamento Por Botao Liga /desliga/reverso, Com Sensor Automatico de Presenca do Papel; Com Parada para Resfriamento maxima de 15 Minutos; As Navalhas de Corte e Cilindros Todos Em Metal; Os Pentes-raspadores Metalicos; Todas As Engrenagens Metalicas; Lixeira Com Capacidade Minima de 31 Litros; Contendo Sensor de Cesto; Plug Trifasico, Todos de Acordo Com Nbr-14136/2012 Vigente; Voltagem 127 V; Potencia Minima de 444 W; Com Prazo Minimo de Garantia de 12 Meses,	5	1502,0700	R\$ 7.510,3500
26	39	5916917 6491928	619600	Unidade	Tapete Confeccionado em Polipropileno e Algodão, Sintético, Medindo no Mínimo 2,50m x 2,00m, na Cor Cinza Chumbo / Sisal, Antiderrapante	4	1479,5000	R\$ 5.918,0000
27	40	6383254	614016	Unidade	Claviculario de Parede, Aço, com capacidade para 100 Chaves, na cor Preta	1	365,8000	R\$ 365,8000
28	41	5908558	612493	Unidade	Púlpito Acrílico, Vertical, Com Acabamento Polido e Transparente, 1 Prateleira Interna, contendo Rodízios e Trava, Altura Total de 120cm	1	1320,0000	R\$ 1.320,0000

29	42	5406935	478190	Unidade	Cofre de Aço, Médio, Fechadura Eletrônica, Esmalte Sintético com Display Digital, 3 Pinos Internos, Revestimento Interno de Carpete	4	1100,0000	R\$ 4.400,0000
	43	5499186	449886	Unidade	Cofre de Aço, Médio, Fechadura Eletrônica, Código Personalizado, Revestimento Interno de Carpete, Suporte para Arma Longas	4	1012,4800	R\$ 4.049,9200

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, contados da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

- 1.6 O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.
- .

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Garantia da contratação

4.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) emissão da Nota de Empenho, em remessa única

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior

5.3 Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s): Rua Dario Machado de Campos, nº 285, Bairro Vila Formosa na cidade de Presidente Prudente – SP.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, ou corresponderá ao prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

5.5 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.9.1 O Contratado deverá realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is): Rua Dario Machado de Campos, nº 285, Bairro Vila Formosa na cidade de Presidente Prudente – SP.

5.9.2 O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância do local demandado, hipótese em que o prazo para reparação ou substituição a que se refere a subdivisão anterior será contado a partir da data de entrega do equipamento na unidade de prestação de serviços do Contratado.

5.10 O prazo indicado na subdivisão anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11 Na hipótese da subdivisão acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual, a qual é aquela estabelecida na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 02(dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **com entrega imediata**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11. **Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.23 Para fins de habilitação nesta licitação, não haverá exigência de habilitação técnica

Outras comprovações:

8.24 Tratando-se de consórcio:

8.24.1 Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à

participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.24.2 O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.24.3 Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.24.4 A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.25 Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.25.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.25.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3 Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.25.4 Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.25.5 Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.25.6 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.25.7 Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 384.961,20

9. ESTIMATIVAS DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 384.961,20 (trezentos e oitenta e quatro mil novecentos e sessenta e um reais e vinte centavos) em Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. Gestão/Unidade: 180339

- II. Fonte de Recursos: 150010001
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa: 339030

10.3 Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLA CRISTINA DIAS SILVA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 31/10/2025 às 19:48:21.

ANDRE LUIS LUENGO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 31/10/2025 às 19:50:15.

ANEXO II

MINUTA DE NOTA DE EMPENHO

SIAFEM2024-EXEORC,UG,NE(NOTA DE EMPENHO)-SERPRO_____

DATA EMISSAO	: 01ABR2024	USUARIO	: JOEL
UNIDADE GESTORA	: 180339 - DEPTO. POL.JUDICIARIA SP.INTERIOR-DEINTER 8	NUMERO	: 2024NE _____
GESTAO	: 00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO		
CNPJ/CPF/UG CREDOR:	_____		
GESTAO CREDOR	: _____		
EVENTO	: 400051 - EMPENHO DE DOTACAO RESERVADA		
PT RESUMIDO	: _____	UNIDADE ORCAMENTARIA	: _____
PROGRAMA TRABALHO	: _____	FONTE RECURSO	: _____
NATUREZA DESPESA	: _____	UG ORCAMENTARIA	: _____
COD. DO MUNICIPIO	: _____	ACORDO	: _____
MODALIDADE EMPENHO:	: -	TIPO LICITACAO	: _____
REFERENCIA LEGAL	: _____	ORIGEM MATERIAL	: -
NUMERO PROCESSO	: _____		
VALOR	: _____		
LOCAL DE ENTREGA	: _____	DATA DE ENTREGA	: _____

TIPO DE EMPENHO : -

POSICIONE O CURSOR NO CAMPO TECLE 'PF1', P/ INFORMACOES DE PREENCHIMENTO

ANEXO III

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO III.1

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM	BEC	CADMAT	UNIDADE	RESUMO DO ITEM	QUANTIDADE	Valor Unitário	Valor Total
1			Unidade	.			

Validade da Proposta:

Data:

Assinatura:

Marca:

Características:

ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO IV.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

OU

[segunda alternativa de redação para o modelo de declaração]

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

ITEM	BEC	CADMAT	UNIDADE	RESUMO DO ITEM	QUANTIDADE	Valor Unitário	Valor Total
1	5924030	623645	Unidade	Longarina metálica com 3 lugares, pintura eletrostática na cor preta, apoio de braços anatômico cromado, pés formato de Y cromados com sapatas niveladoras, assento e encosto concha única estruturado em chapa de aço perfurada acabamento em pintura epóxi cor prata brilhante, frisos laterais cromados, estofamento em couro PVC preto.	6	556,5000	R\$ 3.339,0000
2	5924030	630803	Unidade	Longarina metálica com 4 lugares, pintura eletrostática na cor preta, apoio de braços anatômico cromado, pés formato de Y cromados com sapatas niveladoras, assento e encosto concha única estruturado em chapa de aço perfurada acabamento em pintura epóxi cor prata brilhante, frisos laterais cromados, estofamento em couro PVC preto.	6	640,0000	R\$ 3.840,0000

3	6426921	460542	Unidade	Cadeira Presidente Tela Mesh, Concha Dupla, Apoio de Cabeça com Regulagem de Altura e Rotação, Encosto em tela de nylon com poliester e tensor de lombar com regulagem, Braço com Regulagem de altura e apoio, pistão a gás, assento em tecido poliester com espuma de densidade controlada soft injetada de poliuretano expandido, regulagem horizontal e carenagem, pés aranha, na cor Preta, Fabricadas de acordo com as normas NR17 e demais vigentes, Garantia mínima de 12 meses.	50	800,0000	R\$ 40.000,0000
4	5867444	458808	Unidade	Cadeira Fixa, Material de Polipropileno e Fibra de Vidro, na Cor Preta, empilhável, com encosto,	20	187,0000	R\$ 3.740,0000
5	6328997	399288	Unidade	Cadeira Universitária com Prancheta - Cadeira Com Prancheta, Material Estrutura: Tubo Aço Acabamento Estrutura: Pintura Em Epóxi Pó Material Assento E Encosto: Espuma Poliuretano Injetado Revestimento Assento E Encosto: Tecido, Tipo Espalдар: Médio, Características Adicionais: Prancheta Escamoteável Mdf,	80	490,0000	R\$ 39.200,0000

				Pés Palito Porta Livro			
6	6127029	373610	Unidade	Sofa/Poltrona - 1 Lugar – Estrutura com Madeira de Reflorestamento, Assento fixo e encosto fixo com espuma densidade D33, Revestimento em Couro/Courino, na cor Preta – pés e estrutura de alumínio ou aço inox	10	1590,0000	R\$ 15.900,0000
7	6127029	604301	Unidade	Sofa - 2 Lugares – Estrutura com Madeira de Reflorestamento, Assento fixo e encosto fixo com espuma densidade D33, Revestimento em Couro/Courino, na cor Preta – pés e estrutura de alumínio ou aço inox	4	1490,0000	R\$ 5.960,0000
8	4772326	484400	Unidade	Sofa - 3 Lugares – Estrutura com Madeira de Reflorestamento, Assento fixo e encosto fixo com espuma densidade D33, Revestimento em Couro/Courino, na cor Preta – pés e estrutura de alumínio ou aço inox	4	1198,9900	R\$ 4.795,9600
9	4410718	483429	Unidade	Armário de Aço, Pintura Epoxi na Cor Preta com 16 Portas/Vãos,Venezianas para Ventilação, Base Reforçada, Fechamento tipo cadeado	3	1226,0000	R\$ 3.678,0000

10	5734762	482650	Unidade	Arquivo Vertical Pasta Suspensa – Arquivo de Aço Dispõe de sistema de fechadura de miolo. Contendo 04 Gavetas; para Pastas Suspensa; Com Travamento Simultaneo Das Gavetas; Puxadores de Aço, Acabamento Em Pintura Eletrostática Com Tinta Po na Cor Preta	6	606,5000	R\$ 3.639,0000
11	6420290	309600	Unidade	Estante de Aço para Arquivo/Estoque, Tipo Aberta, Reforçada, com 6 Bandejas, pintura eletrostática de alta qualidade e durabilidade, Altura 2m, Capacidade de 100Kg por Bandeja	30	497,5000	R\$ 14.925,0000
12	6426751	358956	Unidade	Banqueta Multiuso, Assento em Madeira com Estofamento de Espuma e Revestido em Couro Ecológico ou Courino na cor Preta, Estrutura em Aço Tubular com Pintura na Cor Epoxi Preta, Altura até 70cm	4	148,0000	R\$ 592,0000
13	5681944	485356	Unidade	Banqueta Multiuso, Assento em Madeira com Estofamento de Espuma e Revestido em Couro Ecológico ou Courino na cor Preta, Estrutura em Aço Tubular com Pintura na Cor Epoxi Preta, Altura até 50cm	20	120,0000	R\$ 2.400,0000

14	3962580	428058	Unidade	Base para Capela de Exaustão – Laboratório CE146913 – Tubo de Aço 50 x 50 mm com pintura a pó branca. Tampo em MDP 15mm Branco, 4 Rodízio de 3 polegadas giratório com trava – Medidas: 160 x 80 x 75 (a)	1	1453,0000	R\$ 1.453,0000
15	6479456	613192	Unidade	Mesa Reta/Simples de trabalho Acoplada a Gaveteiro, Tampo da Mesa de MDP ou MDF, Revestido em Laminado Melaminico na Cor Preta com mínimo 25mm de espessura, Acabamento de Borda com Fita PVC na cor do Tampo, Estrutura de MDP ou MDF na cor Preta, Sapatas Niveladoras, Medidas Aproximadas: 1,40 x 0,70 x 0,75M	20	729,0000	R\$ 14.580,0000
16	6077625	376750	Unidade	Mesa do tipo em "L", Tampo de Mesa de MDF ou MDP, Revestido em Laminado Melamínico na Cor Preta com mínimo 25mm de espessura, Acabamento de Borda com Fita PVC na cor do Tampo, Estrutura de MDP ou MDF na cor Preta, Sapatas Niveladoras, Medidas Aproximadas: 1,60 x 0,70 / 1,60 x 0,60 x 0,75	20	870,0000	R\$ 17.400,0000

17	6077625	625231	Unidade	Mesa Gerencial - com armário Medidas Aproximada : 1,60 x 0,70 / 1,60 x 0,50 x 0,74 Mesa com tampo com mínimo de 25mm de espessura, Revestido em Laminado Melamínico na cor Preta, MDF ou MDP. Com armário lateral composto por 01 nicho com 01 prateleira, tampo com acesso ao cabeamento. Contempla ainda 01 gaveteiro com 03 gavetas e 01 armário com 01 porta e 01 prateleira interna e Fechadura com Chaves, Sapata com Regulagem de Altura	20	1115,0000	R\$ 22.300,0000
18	6077625	613279	Unidade	Mesa em "U"- Formato em U, Mesa com tampo com mínimo de 25mm de espessura, Revestido em Laminado Melamínico, MDF ou MDP na Cor Preta* Com Armários com 2 Portas e 4 Gavetas com Fechadura Chaves e Prateleiras, Sapatas com Regulagem de Altura, Medidas Aproximadas: 2,50 x 0,80 x 0,75	1	1431,8000	R\$ 1.431,8000
19	4379314	460900	Unidade	Mesa para reunião-tampo com mínimo de 25mm de espessura, Revestida Em Laminado Melaminico MDP ou MDF na cor Preta, com acesso ao cabeamento por meio de 02 caixas de tomadas, e estrutura metálica em aço pintado, fixa. Formato Retangular Medidas	1	1590,0000	R\$ 1.590,0000

				Aproximadas: 2,50 x 1,10 x 0,74			
20	6417892	608338	Unidade	Mesa para reunião - tampo com mínimo de 25mm de espessura, Revestida Em Laminado Melaminico MDP ou MDF na cor Preta, com acesso ao cabeamento por meio de 02 caixas de tomadas, e estrutura metálica em aço pintado, fixa. Formato Retangular Medidas Aproximadas: 3,50 x 1,10 x 0,74	1	1610,0000	R\$ 1.610,0000
21	6216986	628739	Unidade	Mesa Lateral; Tampo Confeccionado Em MdP ou MDP de no mínimo 25 Mm de Espessura; Na Cor Natural Da Madeira ou Preta, Acabamento Em Verniz Fosco; Formato Redondo; Medidas Aproximadas: Altura de 660 Mm;	6	295,0000	R\$ 1.770,0000
22	4297750	317450	Unidade	Mesa de Refeitório com Cadeira Acoplada, em Madeira MDF, Revestidos em Laminado Melamínico, Formato Retangular, Espessura com mínimo de 18mm, Pintura Epoxi com Estrutura na Cor Preta, Banco sem Encosto, Retrátil, 6 Lugares Medidas Aproximadas: 1,80 x 0,80 x 0,75	6	1319,5000	R\$ 7.917,0000

23	6161251	625410	Unidade	Gaveteiro volante (com rodízios) 03 gavetas, Espessura mínima de 25mm para o Tampo. Revestido em Laminado Melamínico MDP ou MDF, Pintura Epoxi na Cor Preta, Fechadura com Chave Medidas aproximadas: 0,40 x 0,45 x 0,68	40	539,0000	R\$ 21.560,0000
24	5907624	256581	Unidade	Armário baixo, Espessura mínima de 25mm para o Tampo. Revestido em Laminado Melamínico MDP ou MDF, Pintura Epoxi na Cor Preta, Com Fechadura e Chave, Sapatas Niveladoras Com 02 portas e 01 prateleira interna. Medidas Aproximadas: 0,80 x 0,50 x 0,74	20	707,5000	R\$ 14.150,0000
25	6479472	480995	Unidade	Armário super alto, Espessura mínima de 25mm para o Tampo. Revestido em Laminado Melamínico MDP ou MDF, Pintura Epoxi na Cor Preta, Com Fechadura e Chave, Sapatas Niveladoras, Com 02 portas e 05 prateleiras internas. Medidas Aproximadas: 0,80 x 0,50 x 2,10	20	1230,8350	R\$ 24.616,7000
26	6353177	293118	Unidade	Poltrona de Auditório, Modular Individual, com fixação no piso (chumbado) assento e encosto rebátveis em espuma e revestimento, braços fixos em PU e prancheta escamoteável na Cor Preta	30	1050,0000	R\$ 31.500,0000

27	6085938	610437	Unidade	Bebedouro de Água Industrial – Coluna – 2 Saídas – Água Gelada e Água Natural, 110V, Gabinete de Aço Inox de Coluna – 50 Litros, Garantia Mínima de 12 meses	4	1427,4000	R\$ 5.709,6000
28	6445586	355418	Unidade	Bebedouro de Água Industrial – Bancada – 2 Saídas – Água Gelada e Água Natural, 110V, Gabinete de Aço Inox de Coluna – 25 Litros, Garantia Mínima de 12 meses	4	1650,0000	R\$ 6.600,0000
29	1888218	629042	Unidade	Forno Elétrico de Bancada – com Vidro Temperado, Aço Inox. Garantia Mínima de 12 meses, capacidade para 60 Litros, Termostato para Controle de Temperatura e Temporizador, Garantia Mínima de 12 meses	2	613,0000	R\$ 1.226,0000
30	5524369	446165	Unidade	Forno Microondas Elétrico , 110V, Cor Branca, Garantia Mínima de 12 meses, Capacidade Mínima para 30 Litros	5	591,9700	R\$ 2.959,8500
31	5410703	483348	Unidade	Geladeira Refrigerador Frost Free, 110 V, Controle de Temperatura, Garantia Mínima de 12 meses	2	1500,0000	R\$ 3.000,0000

32	6295525	327808	Unidade	Frigobar, 110V, Garantia Mínima de 12 meses, Capacidade Mínima para 120 Litros	5	1198,7300	R\$ 5.993,6500
33	6161391	622776	Unidade	Fogão Cooktop, 4 Bocas, Por Indução, Bivolt na cor Preta, Garantia Mínima de 12 meses	2	732,7100	R\$ 1.465,4200
34	6002030	217448	Unidade	Projetor de Multimídia, com no mínimo 4000 Lumens, Resolução 1280 x 800, Projeção de 39,37' a 303,15', Conexões de Entrada e Saída Hdmi,VGA, USB e Audio In, Micro USB, 110V, Modo de projeção de 360º e Retrato com Controle Remoto, Garantia Mínima de 12 Meses	5	1180,0000	R\$ 5.900,0000
35	5515246	439362	Unidade	Televisão em Cores, Smart Tv. 43" Polegadas, 4K e Full HD, com Comando de Voz e Wifi Integrado, Bluetooth, Inteligência Artificial, Entrada HDMI, Ethernet Lan, USB, Saida Digital Otica, Antena, Ntsc, Controle Remoto, Bivolt, Garantia Mínima de 12 Meses	12	1379,5000	R\$ 16.554,0000
36	5792622	611844	Unidade	Tela de Projeção Retrátil Elétrica, 110 V, Acionamento Elétrico, Tecido Matte White, Branco com Verso Preto, com Controle Remoto, Moldura Resistente com Cantoneira para Fixação no Teto ou	5	693,6300	R\$ 3.468,1500

				Parede, Bordas na Cor Preta com Garantia Mínima de 12 meses			
37	5017890	482646	Unidade	Quadro Branco Magnético de aço, Acompanha Suporte para Apagador, Moldura de Alumínio, Fixação Invisível, Aproximadamente 120cm	10	462,8000	R\$ 4.628,0000
38	5174198	601723	Unidade	Fragmentadora; Em Polimeros e Metal; Base Com Rodizios para Locomocao; Abertura Insercao de Folhas Medindo No Minimo de 245mm; Com Capacidade para fragmentar Ate 30 Folhas A4 (75g/m2); Corte Nivel de Seguranca P2, Corte Cd/dvd Nivel O2, de Acordo Com Norma Din-66399/12, Acionamento Por Botao Liga/desliga/reverso, Com Sensor Automatico de Presenca do Papel; Com Parada para Resfriamento maxima de 15 Minutos; As Navalhas de Corte e Cilindros Todos Em Metal; Todas As Engrenagens Metalicas; Lixeira Com Capacidade Minima de 31 Litros; Contendo Sensor de Cesto; Plug Trifasico, Todos de Acordo Com Nbr-14136/2012 Vigente; Voltagem	5	1502,0700	R\$ 7.510,3500

				127 V; Potencia Minima de 444 W; Com Prazo Minimo de Garantia de 12 Meses			
39	5916917 6491928	619600	Unidade	Tapete Confeccionado em Polipropileno e Algodão, Sintético, Medindo no Mínimo 2,50m x 2,00m, na Cor Cinza Chumbo / Sisal, Antiderrapante	4	1479,5000	R\$ 5.918,0000
40	6383254	614016	Unidade	Claviculário de Parede, Aço, com capacidade para 100 Chaves, na cor Preta	1	365,8000	R\$ 365,8000
41	5908558	612493	Unidade	Púlpito Acrílico, Vertical, Com Acabamento Polido e Transparente, 1 Prateleira Interna, contendo Rodízios e Trava, Altura Total de 120cm	1	1320,0000	R\$ 1.320,0000

42	5406935	478190	Unidade	Cofre de Aço, Médio, Fechadura Eletrônica, Esmalte Sintético com Display Digital, 3 Pinos Internos, Revestimento Interno de Carpete	4	1100,0000	R\$ 4.400,0000
43	5499186	449886	Unidade	Cofre de Aço, Médio, Fechadura Eletrônica, Código Personalizado, Revestimento Interno de Carpete, Suporte para Arma Longas	4	1012,4800	R\$ 4.049,9200

GRUPO	ITEM	BEC	CADMAT	UNIDADE	RESUMO DO ITEM	QUANTIDADE	Valor Unitário	Valor Total	IMAGENS ILUSTRATIVAS
1	1	5924030	623645	Unidade	Longarina metálica com 3 lugares, pintura eletrostática na cor preta, apoio de braços anatômico cromado, pés formato de Y cromados com sapatas niveladoras, assento e encosto concha única estruturado em chapa de aço perfurada acabamento em pintura epóxi cor prata brilhante, frisos laterais cromados, estofamento em couro PVC preto.	6	556,5000	R\$ 3.339,0000	
	2	5924030	630803	Unidade	Longarina metálica com 4 lugares, pintura eletrostática na cor preta, apoio de braços anatômico cromado, pés formato de Y cromados com sapatas niveladoras, assento e encosto concha única estruturado em chapa de aço perfurada acabamento em pintura epóxi cor prata brilhante, frisos laterais cromados, estofamento em couro PVC preto.	6	640,0000	R\$ 3.840,0000	
2	3	6426921	460542	Unidade	Cadeira Presidente Tela Mesh, Concha Dupla, Apoio de Cabeça com Regulagem de Altura e Rotação, Encosto em tela de nylon com poliéster e tensor de lombar com regulagem, Braço com Regulagem de altura e apoio, pistão a gás, assento em tecido poliéster com espuma de densidade controlada soft injetada de poliuretano expandido, regulagem horizontal e carenagem, pés aranha, na cor Preta, Fabricadas de acordo com as normas NR17 e demais vigentes, Garantia mínima de 12 meses.	50	800,0000	R\$ 40.000,0000	
3	4	5867444	458808	Unidade	Cadeira Fixa, Material de Polipropileno e Fibra de Vidro, na Cor Preta, empilhável, com encosto,	20	187,0000	R\$ 3.740,0000	
4	5	6328997	399288	Unidade	Cadeira Universitária com Prancheta - Cadeira Com Prancheta, Material Estrutura: Tubo Aço Acabamento Estrutura: Pintura Em Epóxi Pó Material Assento E Encosto: Espuma Poliuretano Injetado Revestimento Assento E Encosto: Tecido, Tipo Espaldar: Médio, Características Adicionais: Prancheta Escamoteável Mdf, Pés Palito Porta Livro	80	490,0000	R\$ 39.200,0000	
5	6	6127029	373610	Unidade	Sofa/Poltrona - 1 Lugar – Estrutura com Madeira de Reflorestamento, Assento fixo e encosto fixo com espuma densidade D33, Revestimento em Couro/Couro, na cor Preta – pés e estrutura de alumínio ou aço inox	10	1590,0000	R\$ 15.900,0000	
	7	6127029	604301	Unidade	Sofa - 2 Lugares – Estrutura com Madeira de Reflorestamento, Assento fixo e encosto fixo com espuma densidade D33, Revestimento em Couro/Couro, na cor Preta – pés e estrutura de alumínio ou aço inox	4	1490,0000	R\$ 5.960,0000	
	8	4772326	484400	Unidade	Sofa - 3 Lugares – Estrutura com Madeira de Reflorestamento, Assento fixo e encosto fixo com espuma densidade D33, Revestimento em Couro/Couro, na cor Preta – pés e estrutura de alumínio ou aço inox	4	1198,9900	R\$ 4.795,9600	
6	9	4410718	483429	Unidade	Armário de Aço, Pintura Epoxi na Cor Preta com 16 Portas/Vãos,Venezianas para Ventilação, Base Reforçada, Fechamento tipo cadeado	3	1226,0000	R\$ 3.678,0000	
	10	5734762	482650	Unidade	Arquivo Vertical Pasta Suspensa – Arquivo de Aço Dispõe de sistema de fechadura de miolo. Contendo 04 Gavetas; para Pastas Suspensa; Com Travamento Simultaneo Das Gavetas; Puxadores de Aço, Acabamento Em Pintura Eletrostatica Com Tinta Po na Cor Preta	6	606,5000	R\$ 3.639,0000	

	11	6420290	309600	Unidade	Estante de Aço para Arquivo/Estoque, Tipo Aberta, Reforçada, com 6 Bandejas, pintura eletrostática de alta qualidade e durabilidade, Altura 2m, Capacidade de 100Kg por Bandeja	30	497,5000	R\$ 14.925,0000	
7	12	6426751	358956	Unidade	Banqueta Multiuso, Assento em Madeira com Estofamento de Espuma e Revestido em Couro Ecológico ou Courino na cor Preta, Estrutura em Aço Tubular com Pintura na Cor Epoxi Preta, Altura até 70cm	4	148,0000	R\$ 592,0000	
	13	5681944	485356	Unidade	Banqueta Multiuso, Assento em Madeira com Estofamento de Espuma e Revestido em Couro Ecológico ou Courino na cor Preta, Estrutura em Aço Tubular com Pintura na Cor Epoxi Preta, Altura até 50cm	20	120,0000	R\$ 2.400,0000	
8	14	3962580	428058	Unidade	Base para Capela de Exaustão – Laboratório CE146913 – Tubo de Aço 50 x 50 mm com pintura a pó branca. Tampo em MDP 15mm Branco, 4 Rodízio de 3 polegadas giratório com trava – Medidas: 160 x 80 x 75 (a)	1	1453,0000	R\$ 1.453,0000	
9	15	6479456	613192	Unidade	Mesa Reta/Simples de trabalho Acooplada a Gaveteiro, Tampo da Mesa de MDP ou MDF, Revestido em Laminado Melamínico na Cor Preta com mínimo 25mm de espessura, Acabamento de Borda com Fita PVC na cor do Tampo, Estrutura de MDP ou MDF na cor Preta, Sapatas Niveladoras, Medidas Aproximadas: 1,40 x 0,70 x 0,75M	20	729,0000	R\$ 14.580,0000	
	16	6077625	376750	Unidade	Mesa do tipo em "L", Tampo de Mesa de MDF ou MDP, Revestido em Laminado Melamínico na cor Preta com mínimo 25mm de espessura, Acabamento de Borda com Fita PVC na cor do Tampo, Estrutura de MDP ou MDF na cor Preta, Sapatas Niveladoras, Medidas Aproximadas: 1,60 x 0,70 / 1,60 x 0,60 x 0,75	20	870,0000	R\$ 17.400,0000	
	17	6077625	625231	Unidade	Mesa Gerencial - com armário Medidas Aproximada : 1,60 x 0,70 / 1,60 x 0,50 x 0,74 Mesa com tampo com mínimo de 25mm de espessura, Revestido em Laminado Melamínico na cor Preta, MDF ou MDP. Com armário lateral composto por 01 nicho com 01 prateleira, tampo com acesso ao cabeamento. Contempla ainda 01 gaveteiro com 03 gavetas e 01 armário com 01 porta e 01 prateleira interna e Fechadura com Chaves, Sapata com Regulagem de Altura	20	1115,0000	R\$ 22.300,0000	
	18	6077625	613279	Unidade	Mesa em "U"- Formato em U, Mesa com tampo com mínimo de 25mm de espessura, Revestido em Laminado Melamínico, MDF ou MDP na Cor Preta* Com Armários com 2 Portas e 4 Gavetas com Fechadura Chaves e Prateleiras, Sapatas com Regulagem de Altura, Medidas Aproximadas: 2,50 x 0,80 x 0,75	1	1431,8000	R\$ 1.431,8000	
10	19	4379314	460900	Unidade	Mesa para reunião- tampo com mínimo de 25mm de espessura, Revestida Em Laminado Melamínico MDP ou MDF na cor Preta, com acesso ao cabeamento por meio de 02 caixas de tomadas, e estrutura metálica em aço pintado, fixa. Formato Retangular Medidas Aproximadas: 2,50 x 1,10 x 0,74	1	1590,0000	R\$ 1.590,0000	

	20	6417892	608338	Unidade	Mesa para reunião - tampo com mínimo de 25mm de espessura, Revestida Em Laminado Melamínico MDP ou MDF na cor Preta, com acesso ao cabeamento por meio de 02 caixas de tomadas, e estrutura metálica em aço pintado, fixa. Formato Retangular Medidas Aproximadas: 3,50 x 1,10 x 0,74	1	1610,0000	R\$ 1.610,0000	
11	21	6216986	628739	Unidade	Mesa Lateral; Tampo Confeccionado Em MdP ou MDP de no mínimo 25 Mm de Espessura; Na Cor Natural Da Madeira ou Preta, Acabamento Em Verniz Fosco; Formato Redondo; Medidas Aproximadas: Altura de 660 Mm;	6	295,0000	R\$ 1.770,0000	 
12	22	4297750	317450	Unidade	Mesa de Refeitório com Cadeira Acoplada, em Madeira MDF, Revestidos em Laminado Melamínico, Formato Retangular, Espessura com mínimo de 18mm, Pintura Epoxi com Estrutura na Cor Preta, Banco sem Encosto, Retrátil, 6 Lugares Medidas Aproximadas: 1,80 x 0,80 x 0,75	6	1319,5000	R\$ 7.917,0000	 
13	23	6161251	625410	Unidade	Gaveteiro volante (com rodízios) 03 gavetas, Espessura mínima de 25mm para o Tampo. Revestido em Laminado Melamínico MDP ou MDF, Pintura Epoxi na Cor Preta, Fechadura com Chave Medidas aproximadas: 0,40 x 0,45 x 0,68	40	539,0000	R\$ 21.560,0000	 
	24	5907624	256581	Unidade	Armário baixo, Espessura mínima de 25mm para o Tampo. Revestido em Laminado Melamínico MDP ou MDF, Pintura Epoxi na Cor Preta, Com Fechadura e Chave, Sapatas Niveladoras Com 02 portas e 01 prateleira interna. Medidas Aproximadas: 0,80 x 0,50 x 0,74	20	707,5000	R\$ 14.150,0000	 
	25	6479472	480995	Unidade	Armário super alto, Espessura mínima de 25mm para o Tampo. Revestido em Laminado Melamínico MDP ou MDF, Pintura Epoxi na Cor Preta, Com Fechadura e Chave, Sapatas Niveladoras, Com 02 portas e 05 prateleiras internas. Medidas Aproximadas: 0,80 x 0,50 x 2,10	20	1230,8350	R\$ 24.616,7000	 
14	26	6353177	293118	Unidade	Poltrona de Auditório, Modular Individual, com fixação no piso (chumbado) assento e encosto rebátveis em espuma e revestimento, braços fixos em PU e prancheta escamoteável na Cor Preta	30	1050,0000	R\$ 31.500,0000	  
15	27	6085938	610437	Unidade	Bebedouro de Água Industrial – Coluna – 2 Saídas – Água Gelada e Água Natural, 110V, Gabinete de Aço Inox de Coluna – 50 Litros, Garantia Mínima de 12 meses	4	1427,4000	R\$ 5.709,6000	 
	28	6445586	355418	Unidade	Bebedouro de Água Industrial – Bancada – 2 Saídas – Água Gelada e Água Natural, 110V, Gabinete de Aço Inox de Coluna – 25 Litros, Garantia Mínima de 12 meses	4	1650,0000	R\$ 6.600,0000	 
16	29	1888218	629042	Unidade	Forno Elétrico de Bancada – com Vidro Temperado, Aço Inox. Garantia Mínima de 12 meses, capacidade para 60 Litros, Termostato para Controle de Temperatura e Temporizador, Garantia Mínima de 12 meses	2	613,0000	R\$ 1.226,0000	
17	30	5524369	446165	Unidade	Forno Microondas Elétrico , 110V, Cor Branca, Garantia Mínima de 12 meses, Capacidade Mínima para 30 Litros	5	591,9700	R\$ 2.959,8500	
18	31	5410703	483348	Unidade	Geladeira Refrigerador Frost Free, 110 V, Controle de Temperatura, Garantia Mínima de 12 meses	2	1500,0000	R\$ 3.000,0000	

19	32	6295525	327808	Unidade	Frigobar, 110V, Garantia Mínima de 12 meses, Capacidade Mínima para 120 Litros	5	1198,7300	R\$ 5.993,6500	
20	33	6161391	622776	Unidade	Fogão Cooktop, 4 Bocas, Por Indução, Bivolt na cor Preta, Garantia Mínima de 12 meses	2	732,7100	R\$ 1.465,4200	
21	34	6002030	217448	Unidade	Projektor de Multimidia, com no mínimo 4000 Lumens, Resolução 1280 x 800, Projeção de 39,37' a 303,15', Conexões de Entrada e Saida Hdmi,VGA, USB e Audio In, Micro USB, 110V, Modo de projeção de 360º e Retrato com Controle Remoto, Garantia Mínima de 12 Meses	5	1180,0000	R\$ 5.900,0000	
22	35	5515246	439362	Unidade	Televisão em Cores, Smart Tv. 43" Polegadas, 4K e Full HD, com Comando de Voz e Wifi Integrado, Bluetooth, Inteligência Artificial, Entrada HDMI, Ethernet Lan, USB, Saída Digital Ótica, Antena, Ntsc, Controle Remoto, Bivolt, Garantia Mínima de 12 Meses	12	1379,5000	R\$ 16.554,0000	
23	36	5792622	611844	Unidade	Tela de Projeção Retrátil Elétrica, 110 V, Acionamento Elétrico, Tecido Matte White, Branco com Verso Preto, com Controle Remoto, Moldura Resistente com Cantoneira para Fixação no Teto ou Parede, Bordas na Cor Preta com Garantia Mínima de 12 meses	5	693,6300	R\$ 3.468,1500	
24	37	5017890	482646	Unidade	Quadro Branco Magnético de aço, Acompanha Suporte para Apagador, Moldura de Alumínio, Fixação Invisível, Aproximadamente 120cm	10	462,8000	R\$ 4.628,0000	
25	38	5174198	601723	Unidade	Fragmentadora Fragmentadora; Modelo para Escritório; Em Polímeros e Metal; Base Com Rodízios para Locomocao; Abertura Insercao de Folhas Medindo No Mínimo de 245mm; Sem Abertura Independente para Cds/dvds/disquetes/cartoes Magneticos; Com Capacidade para Fragmentar Ate 30 Folhas A4 (75g/m2); Corte Nivel de Seguranca P2, de Acordo Com Norma Din-66399/12, Corte Cd/dvd Nivel O2, de Acordo Com Norma Din-66399/12, Acionamento Por Botao Liga/desliga/reverso, Com Sensor Automatico de Presenca do Papel; Com Parada para Resfriamento maxima de 15 Minutos; As Navalhas de Corte e Cilindros Todos Em Metal; Os Pentes-raspadores Metalicos; Todas As Engrenagens Metalicas; Lixeira Com Capacidade Mínima de 31 Litros; Contendo Sensor de Cesto; Plug Trifasico, Todos de Acordo Com Nbr-14136/2012 Vigente; Voltagem 127 V; Potencia Mínima de 444 W; Com Prazo Mínimo de Garantia de 12 Meses,	5	1502,0700	R\$ 7.510,3500	
26	39	6917 6491	619600	Unidade	Tapete Confeccionado em Polipropileno e Algodão, Sintético, Medindo no Mínimo 2,50m x 2,00m, na Cor Cinza Chumbo / Sisal, Antiderrapante	4	1479,5000	R\$ 5.918,0000	
27	40	6383254	614016	Unidade	Claviculário de Parede, Aço, com capacidade para 100 Chaves, na cor Preta	1	365,8000	R\$ 365,8000	
28	41	5908558	612493	Unidade	Púlpito Acrílico, Vertical, Com Acabamento Polido e Transparente, 1 Prateleira Interna, contendo Rodízios e Trava, Altura Total de 120cm	1	1320,0000	R\$ 1.320,0000	

29	42	5406935	478190	Unidade	Cofre de Aço, Médio, Fechadura Eletrônica, Esmalte Sintético com Display Digital, 3 Pinos Internos, Revestimento Interno de Carpete	4	1100,0000	R\$ 4.400,0000	
	43	5499186	449886	Unidade	Cofre de Aço, Médio, Fechadura Eletrônica, Código Personalizado, Revestimento Interno de Carpete, Suporte para Arma Longas	4	1012,4800	R\$ 4.049,9200	